



Poder Judiciário
Conselho da Justiça Federal

PORTARIA Nº 088, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõem o inciso III do art. 54 e o § 2º do art. 55, ambos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Federal referente ao 2º quadrimestre de 2008, na forma do ANEXO, a ser publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado para acesso público na internet.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Ministro **CESAR ASFOR ROCHA**
Presidente

ANEXO
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2007 A AGOSTO DE 2008

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	6.666.200	139.892	6.806.092
Pessoal Ativo	6.114.875	136.689	6.251.564
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	1.711	0	1.712
Sentenças Judiciais Com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	2.124.258	116.512	2.240.770
Demais Despesas com Pessoal Ativo	3.988.906	20177	4.009.083
Pessoal Inativo e Pensionistas	551.325	3.203	554.528
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	2.872.559	132.847	3.005.405
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	176	0	176
Decorrentes de Decisão Judicial	2.121.738	116.512	2.238.250
Despesas de Exercícios Anteriores	205.386	14.335	219.722
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	545.258	2.000	547.258
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	3.793.641	7.046	3.800.687
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			445.106.323
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = [(IV) / (V) x 100]	0,852300%	0,001583%	0,853883 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1,631968%		7.263.993
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	1,550370%		6.900.793

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas e não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Nas despesas com pessoal ativo estão computadas R\$ 2.240.769.746,85 (dois bilhões, duzentos e quarenta milhões, setecentos e sessenta e nove mil, setecentos e quarenta e seis reais e oitenta e cinco centavos) referentes a Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) da Administração Direta;

3) Nas despesas com pessoal inativo estão computadas R\$ 1.773.774,82 (hum milhão, setecentos e setenta e três mil, setecentos e setenta e quatro reais e oitenta e dois centavos) com sentenças judiciais de Inativos e Pensionistas do próprio Órgão.

GETÚLIO CAIXETA DE SOUZA FERREIRA
SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

GUSTAVO BICALHO FERREIRA DA SILVA
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

EVA MARIA FERREIRA BARROS
SECRETÁRIA-GERAL